

Danielle Misura Nastari

**O ITAMARATY E A PROMOÇÃO ELETRÔNICA DAS ARTES
VISUAIS NO EXTERIOR**

CELACC/ECA-USP

2013

Danielle Misura Nastari

O ITAMARATY E A PROMOÇÃO ELETRÔNICA DAS ARTES VISUAIS NO EXTERIOR

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cláudia Fazzolari

CELACC/ECA-USP

2013

O ITAMARATY E A PROMOÇÃO ELETRÔNICA DAS ARTES VISUAIS NO EXTERIOR

Danielle Misura Nastari¹

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar a existência, por parte do Ministério das Relações Exteriores (MRE), de uma linha de trabalho clara e constante em relação à promoção eletrônica das artes visuais brasileiras no exterior. O estudo de caso consistiu no monitoramento da programação cultural divulgada nos *websites* de setenta postos diplomáticos brasileiros nos cinco continentes e dos Centros Culturais Brasileiros, instituições diretamente subordinadas ao MRE.

Palavras-chave: difusão cultural, diplomacia cultural, artes visuais.

ABSTRACT

This study aims to investigate if the Ministry of Foreign Affairs (MRE) has concrete and constant policies regarding the electronic publicizing of Brazilian visual arts abroad. The investigation was conducted through the tracking of cultural activities made public in the websites of seventy Brazilian diplomatic posts in cities in all continents. From the results, it will be possible to know if the actions taken are being efficient; if not, possible solutions can be proposed.

Keywords: cultural diffusion, cultural diplomacy, visual arts.

¹Graduada em Artes Visuais pela Fundação Armando Alvares Penteado. Pós-graduada em Liderança e Artes Criativas pela *Hillsong International Leadership College* e em Administração pela *Joseph Business School*. Mestranda em Estética e História da Arte pelo PGEHA-MAC/USP. É docente de História da Arte, atuando há 11 anos no ensino das artes visuais. Atua também, há cinco anos, como produtora cultural, em projetos de formação de público na área das artes visuais. Este trabalho foi orientado pela Prof^a Dr^a Cláudia Fazzolari.

RESUMEN

La investigación intenta aclarar si existe, de parte de la Cancillería de Brasil (MRE), una clara y constante línea para la promoción electrónica de las artes visuales brasileñas en el exterior. Como estudio de caso elegimos monitorear a la programación cultural divulgada por el sitio electrónico de setenta puestos diplomáticos brasileños en los cinco continentes y de los Centros Culturales Brasileños, que son instituciones subordinadas a la Cancillería.

Palabras clave: difusión cultural, diplomacia cultural, artes visuales.

SUMÁRIO

Introdução	6
1.1 As políticas públicas culturais brasileiras: breve histórico	7
1.2 A difusão cultural brasileira no exterior: o caso das artes visuais	9
2. As dimensões da cultura e a difusão cultural no âmbito internacional	12
3. Metodologia de pesquisa	13
4. Apresentação e análise de dados	16
5. Considerações finais	25
Bibliografia	27
Webgrafia	28

INTRODUÇÃO

Uma das características que se sobressai no Brasil, país de proporções continentais é a diversidade das expressões culturais. A variedade é tal que, em contraste com algumas outras nações, não permite a escolha de uma única manifestação como símbolo pátrio. Essas muitas facetas podem se transformar em recursos potentes de conexão do Brasil com outros países.

Um dos pontos de aproximação mais eficaz entre estrangeiros – talvez realmente o mais efetivo – seja a cultura, que, se abordada por uma perspectiva simbólica, permite a criação de laços que não poderiam ser construídos de outra maneira. Devido a multiplicidade cultural do país e a longa prática diplomática de defesa da paz, o Brasil vem conquistando proeminência no intrincado cenário das relações internacionais, onde tem mobilizado atenções crescentes e conseguido iniciar ou aprofundar relacionamentos que há pouco seriam improváveis sem a relevância conquistada.

Uma política de promoção cultural internacional sólida e de aplicação regular seria muito benéfica para o país dentro do contexto político encontrado atualmente. Mas, será que existem ações executadas sistematicamente nesse sentido? Segundo Ministério das Relações Exteriores,

As políticas públicas de divulgação da cultura brasileira empreendidas no exterior pelo Ministério das Relações Exteriores já se consolidaram em diversas áreas. A participação do Brasil em eventos internacionais de cinema, música e artes plásticas, por exemplo, gera expectativa por parte do público e dos meios de comunicação. A riqueza e a criatividade da cultura brasileira fazem com que esse esforço de difusão prossiga e se renove propiciando novas oportunidades de inserção de nossas expressões culturais mundo afora. (disponível em: <www.itamaraty.gov.br/temas/difusao-cultural/cultura>, acesso em 2/4/2013 — grifo nosso)

A afirmação exposta acima conduziu às seguintes indagações: seria possível discernir uma linha de trabalho ou prática política comum às embaixadas do Brasil e Centros Culturais Brasileiros, que guie a difusão de manifestações da cultura nacional no exterior, por meio da divulgação da programação cultural destes organismos? O que acontece especificamente no caso das artes visuais, existiria alguma política específica para elas?

Metodologicamente, escolheu-se recolher da internet as programações culturais divulgadas pelos postos diplomáticos brasileiros em seus *websites* entre o fim de fevereiro e o final de abril de 2013. Foram investigados setenta consulados e embaixadas – e também os

Centros Culturais Brasileiros, organismos de difusão cultural diretamente subordinados às representações brasileiras nas cidades onde se encontram suas bases operacionais. Além disso, pesquisou-se a listagem dos eventos custeados pela Divisão de Operações de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores no ano de 2012.

1.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS BRASILEIRAS: BREVE HISTÓRICO

O Brasil é um país que possui iniciativas recentes na área das políticas públicas voltadas à cultura. Em termos de políticas culturais nacionais, as primeiras proposições aparecem na década de 1930. Neste período,

duas experiências, praticamente simultâneas, inauguram as políticas culturais do país: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema à frente desse ministério, de 1934 até 1945. (...) O governo de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema inauguram uma atuação sistemática do Estado nacional no âmbito cultural. Dentre outros procedimentos, tem-se a criação de legislações para cinema, radiodifusão, artes, profissões culturais e a constituição de inúmeros organismos culturais tais como: Superintendência de Educação Musical e Artística, Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), Serviço Nacional de Teatro (1937), Instituto Nacional do Livro (1937), e Conselho Nacional de Cultura (1938). (RUBIM, 2011: p. 19 e 21)

Dentro desse contexto, a cultura esteve subordinada, desde 1930, ao Ministério da Educação e Saúde, e, a partir de 1953, ao Ministério da Educação e Cultura. Um ministério próprio só foi efetivado em 1985, após o fim da ditadura militar – uma consequência do profundo engajamento de participantes de diversas áreas culturais no combate ao regime ditatorial. Apenas cinco anos após sua criação, o Ministério da Cultura (MinC) foi desarticulado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, que o rebaixou ao status de secretaria. Em 1993, o presidente Itamar Franco reinstaurou o MinC, mas o ministério herdou muitas lacunas institucionais, já que Collor extinguiu uma série de órgãos culturais, como a Fundação Nacional das Artes (Funarte), a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), a Fundação Pró-Memória (Pró-Memória), a Fundação Nacional das Artes Cênicas (Fundacen) e o Conselho Nacional de Cinema (Concine). Em um período de nove anos (1985-1994), os órgãos nacionais de cultura foram dirigidos por dez pessoas distintas, num total de oito ministros e dois secretários.

Com o governo José Sarney, em 1985, foi implantada a primeira lei de incentivo à cultura, baseada na renúncia fiscal, a Lei Sarney. Com ela ocorreu uma ruptura radical e o início de um perfil de política pública que se tornou, no governo Fernando Henrique Cardoso, a principal forma de financiamento dos projetos culturais no país: a iniciativa privada custeando os empreendimentos de por ela escolhidos, majoritariamente com o dinheiro público destinado ao pagamento de impostos federais. Esta lei foi extinta na gestão Collor, o que gerou uma corrida de estados e municípios buscando formular leis semelhantes em suas respectivas esferas administrativas. Collor, porém, criou uma nova lei para substituir aquela que cancelara. Desenhada por seu então secretário da cultura, Sergio Paulo Rouanet, a chamada Lei Rouanet é o principal instrumento, atualmente utilizado, para a concessão, a nível federal, de verbas para projetos culturais enviados ao MinC. No governo Fernando Henrique Cardoso, as leis de incentivo deixaram de ser apenas uma modalidade de financiamento tornando-se praticamente o único meio de custeio de projetos culturais. Como consequência, o mercado ocupou o lugar do Estado na definição das políticas culturais nacionais.

A partir de 2002, a gestão Lula mudou fundamentalmente a postura do Estado, adotando uma noção antropológica de cultura – mais ampla do que as interpretações dos governos anteriores. Essa visão buscou considerar manifestações culturais antes negligenciadas e convidar a população para debater a formulação de novas políticas públicas na área cultural. Algumas das propostas formuladas ainda não foram implantadas, mas muitos programas bem sucedidos estabeleceram-se: Cultura Viva, com as Redes e Pontos de Cultura; o Programa de Formação e Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOC-TV); o projeto Revelando Brasil; a Secretaria da Identidade e Diversidade Culturais (SID); a fundação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entre outros. Foi também criada a Diretoria de Relações Internacionais, que será comentada oportunamente.

Um aspecto da gestão cultural do governo Lula, relacionado ao problema tratado nesse estudo é a inexistência de definição, nas políticas públicas do MinC, das medidas específicas voltadas aos artistas e criadores. A grande preocupação em atender grupos há muito tempo sem voz fez com que esta parte fundamental da cadeia de produção cultural fosse negligenciada.

1.2 A DIFUSÃO CULTURAL BRASILEIRA NO EXTERIOR: O CASO DAS ARTES VISUAIS

As manifestações culturais têm importância fundamental como instrumentos de conexão entre culturas distintas e são excelentes ferramentas diplomáticas. Segundo RIBEIRO (2001), p. 37:

De fato, nenhum outro instrumento de aproximação entre povos será tão diversificado, tão dotado de recursos simbólicos e riquezas, ou de matizes em permanente estado de renovação, quanto as manifestações culturais. Exatamente por isso, nenhum outro será tão instintivamente percebido como patrimônio comum de toda a humanidade. Nenhum terá o significado que as atividades culturais evocam para o ser humano, sua capacidade de sensibilizar, de convencer muito além dos limites de argumentos meramente políticos ou econômicos. Por outro lado (...) nenhum outro instrumento trará implícita a noção de prestígio que geralmente está associada à cultura, ou os desdobramentos e inferências que esse prestígio possibilita em outros campos. O poderio militar ou econômico de uma nação tende a intimidar, a cultura seduz.

Compreendendo-se a cultura a partir da noção antropológica adotada pelo MinC desde 2002, refletir a respeito de políticas públicas para as artes visuais pode parecer um retorno às visões oligárquicas, que tinham as Belas Artes como o pilar mais elevado. Esse ponto de vista, porém, é muito limitado. Apesar de requerer um repertório específico para fruição mais aprofundada, as artes visuais têm um valor importante dentro de um quadro mais amplo de práticas artísticas. A estrutura do discurso das artes visuais é única, permitindo a apresentação de ideias de modo particular e desvinculado das barreiras linguísticas. Essa forma de discussão imagética é universal, funcionando muito bem na proposição de diálogos transculturais. Em função dessas características, torna-se um veículo de difusão de cultura nas esferas internacionais.

Em um momento em que o Brasil evidencia-se no cenário político internacional, é comum, em função da divulgação equivocada da mídia, a compreensão errônea de que as artes visuais brasileiras já têm um lugar de destaque no circuito internacional. Isso não corresponde à realidade. Consoante Ana Letícia Fialho, na publicação *Mercado das artes: global e desigual*:

No Brasil, tende-se a interpretar eventos isolados – uma crítica em favor de um artista numa revista internacional, a participação numa exposição, a venda (ou aceitação de uma doação) de uma obra a um museu – como um fenômeno mais amplo, que traduziria o reconhecimento da arte brasileira em nível internacional e sua consequente inserção no “mercado internacional”.

Na verdade, as críticas nem sempre serão positivas, ou, se têm a intenção de sê-lo, muitas vezes, são superficiais – elaboradas por críticos que pouco ou nenhuma familiaridade tem com a história da arte brasileira, acabam forçando analogias entre o artista que analisam e artistas internacionais consagrados; as exposições nem sempre dão destaque aos artistas brasileiros e as obras adquiridas pelos museus internacionais vão, em muitas ocasiões, diretamente para os seus depósitos. (disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2551,1.shl>>, acesso em 12/2/2013).

Esse desconhecimento generalizado das artes visuais brasileiras no exterior, que ignora artistas considerados emblemáticos como Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Alfredo Volpi, é muito amplo. Inclui não só artistas e obras, mas também o contexto histórico no qual estas se inserem. Isso denota a ausência de trabalhos regulares e consistentes na promoção da cultura nacional no exterior. Tendo como base a lacuna indicada, pode-se questionar quais seriam as ações estatais empreendidas recentemente nessa direção. O cenário mostrou-se fragmentado. As iniciativas do Ministério da Cultura, do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação não se apresentaram integralmente coordenadas, como será verificado a seguir.

O MinC possui a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), apresentando um programa de Promoção da Cultura Brasileira no Exterior, lançado em julho de 2009, constituído para dar apoio aos artistas com experiência no território nacional, mas ainda desconhecidos no exterior. O programa financiou projetos mediante um processo seletivo aberto ao público em 2009 e 2010. A DRI, segundo monitoramento de seu *website*, estava inativa desde o fim de 2010 (última notícia postada em 22/11/2010). Atualmente, o programa de Intercâmbio e Difusão Cultural está a cargo de outro organismo do MinC, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), que realizou editais para escolha de projetos, financiados pelo Fundo Nacional de Cultura, concedendo recursos para o custeio de despesas relativas à participação de artistas, técnicos, agentes culturais e estudiosos em atividades culturais promovidas por instituições brasileiras ou estrangeiras, e pode cobrir transporte pessoal, de equipamento, estadia, taxa de inscrição e confecção de materiais para a atividade.

O MinC também custeia parte da participação do Brasil em grandes eventos culturais internacionais. Essas iniciativas são valiosas, porém pontuais. Em longo prazo, elas podem perder muito de seu impacto se não forem coordenadas com ações regulares de manutenção realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores – um assunto extenso que não é o objeto

desse estudo. Convém, porém, citar dois eventos importantes dos quais o país participou: a Europalia em 2011, um grande festival internacional de arte realizado a cada dois anos na Bélgica com o intuito de celebrar a herança cultural do país convidado e, entre 2005 e 2006, o Ano do Brasil na França, uma iniciativa pioneira buscando aprofundar as relações bilaterais no âmbito cultural, acadêmico e econômico.

A promoção internacional das artes visuais implementada com objetivos primariamente comerciais e fomentadas por organismos da área de negócios, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) não será abordada nesse estudo.

A compreensão mais ampla da promoção cultural brasileira internacional pode ser obtida focando os estudos nas ações do Ministério das Relações Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty. Dentre as incumbências do MRE, está a administração das relações políticas, econômicas, jurídicas, comerciais, culturais, científicas, técnicas e tecnológicas do Brasil com a sociedade internacional. Além desses encargos, inclui-se o desenvolvimento e aplicação das ações de difusão da cultura nacional no exterior.

Sobre os trabalhos de promoção cultural do MRE, o diplomata Edgar Telles Ribeiro, em publicação de 1989, afirmou:

O apoio do Itamaraty a atividades culturais no exterior em passado mais recente raramente terá refletido um planejamento mais sistemático, circunstância que decorre da falta de coordenação entre órgãos responsáveis pelo assunto, cuja origem, por sua vez, remonta às baixas prioridades de que o tema se reveste internamente no país. Some-se a esses dados a frequente mudança nas chefias dos setores culturais na Secretaria de Estado e nos postos (fato que não impede, mas dificulta dar continuidade aos projetos) e teremos um pano de fundo que em nada favorece um trabalho mais constante e abrangente nesse campo. (RIBEIRO, 2011: p. 89)

Tendo em vista que o cenário das ações de difusão cultural promovidas pelo MRE em 1989 era muito diferente do quadro vigente, buscou-se mapear o que ocorre atualmente, visando analisar quadro formado por essas ações na atualidade.

2. AS DIMENSÕES DA CULTURA E A DIFUSÃO CULTURAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Sabendo-se da existência das diversas dimensões de significado na cultura, é importante conceituá-la e indicar a motivação das escolhas das concepções referenciais.

Para Isaura Botelho, pesquisadora, pós-doutora e ex-administradora de órgãos públicos culturais, existem duas dimensões da cultura, a antropológica e a sociológica. A dimensão antropológica está relacionada à construção da cultura a partir das relações humanas na esfera social. Por meio de infinitas interações com outros, o indivíduo desenvolve, ao longo de sua existência, significados simbólicos para o que foi apreendido,

Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (...) aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. (BOTELHO, 2001: p 2.)

A dimensão sociológica, por outro lado,

não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. (BOTELHO, 2001: p. 2)

Em termos de políticas públicas, as diretrizes para a construção de uma prática comum podem ser traçadas de acordo na conjugação dos significados expostos por Botelho. No caso do Brasil, a partir de 2002, o Governo Federal levou em consideração principalmente as dimensões antropológica e simbólica para a construção das suas políticas públicas culturais.

Houve uma lacuna nas políticas formuladas pelo MinC durante a gestão Lula: não sendo determinadas medidas voltadas aos artistas.

No Sistema Nacional de Cultura foi incluída, além das dimensões sociológica e antropológica, a dimensão cidadã da cultura, baseada na Declaração dos Direitos Culturais da UNESCO – criada como complemento à Declaração dos Direitos do Homem. A assunção dos direitos culturais como integrantes da esfera mais ampla dos Direitos foi algo recente e a partir de 2002, o MinC buscou implementar programas que os efetivassem. O artigo 3c da Declaração dos Direitos Culturais afirma que:

Toda pessoa, individualmente ou em coletividade, tem direito: de ter acesso, principalmente pelo exercício dos direitos à educação e à informação, aos patrimônios culturais que constituem expressões das diferentes culturas bem como dos recursos para as gerações presentes e futuras. (UNESCO,2005: p.6)

O excerto parece sugerir uma reflexão sobre as políticas públicas de difusão cultural internacional. Se toda pessoa, individualmente ou em coletividade, possui o direito de acesso aos patrimônios culturais que constituem expressões das diferentes culturas, a referência está posta para todo e qualquer ser humano, não se restringindo aos cidadãos de um único país. O texto do Sistema Nacional de Cultura também oportuniza ações nessa direção, como pode ser verificado no trecho abaixo:

Esses posicionamentos colocam em evidência a realidade pós-Guerra Fria, na qual as culturas e as identidades culturais, e não mais as ideologias, é que têm moldado os padrões de coesão, desintegração e conflito entre os povos e nações. Diante dessa realidade, o caminho para manter a paz passa pelo estabelecimento de diálogos interculturais, tendo como ponto de partida as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas. (SNC, 2011: p. 34)

Nesse estudo foi adotada a concepção antropológica da cultura que fundamentou as propostas de investigação, as análises de dados e as conclusões. Os estudos de Isaura Botelho e Marilena Chaui foram os marcos teóricos responsáveis pelo embasamento das reflexões.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Buscando mapear as ações efetuadas pelo MRE que dizem respeito à difusão da cultura brasileira no exterior, e as artes visuais em particular, procurou-se, dentro das atividades de

divulgação da cultura nacional promovidas por este órgão governamental, buscar aquelas que ofereciam informações suficientes para a geração de dados consistentes.

Tendo em vista a escassez de dados disponíveis a respeito da difusão cultural fora do país, decidiu-se analisar a programação cultural divulgada pelos postos diplomáticos por meio de seus *websites*. Foram escolhidos embaixadas e consulados nos cinco continentes, sendo que, no caso dos consulados, foram incluídas cidades de grande peso cultural, a saber: Ottawa, Washington, Nova York, Cidade do México, Havana, Caracas, Lima, Quito, La Paz, Assunção, Montevideo, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, Madrid, Roma, Paris, Berna, Genebra, Bruxelas, Haia, Berlim, Viena, Praga, Londres, Dublin, Copenhague, Oslo, Estocolmo, Helsinque, Budapeste, Atenas, Moscou, São Petersburgo, Ancara, Istambul, Nova Délhi, Mumbai, Pequim, Shangai, Hong Kong, Seul, Tóquio, Jacarta, Bangkok, Telavive, Abu Dhabi, Camberra, Sydney, Wellington, Pretória, Cidade do Cabo, Harare, Abuja, Luanda, Maputo, Nairóbi, Acra, Argel, Abidjan, Adis Abeba, Bamako, Bissau, Kinshasa, Brazzaville, Gaborone, Dacar, Cotonou, Cairo, Cartum.

Um dos objetivos da pesquisa foi investigar quantas e quais embaixadas possuíam páginas culturais em seu *websites*, e se estas mantinham uma agenda de atividades atualizada. A partir disso, buscou-se listar todos os eventos nelas divulgados, com o intuito de construir um quadro da promoção eletrônica realizada pelo MRE. As agendas culturais, quando disponíveis, nem sempre estavam atualizadas – na verdade o mais comum era o oposto – então, decidiu-se computar todos os eventos realizados de janeiro de 2012 a abril de 2013, um período de dezesseis meses. Os dados foram coletados entre o final de fevereiro e o final de abril de 2013.

Compreende-se que o método de mapeamento proposto não traçou um quadro total da promoção cultural fomentada pelo MRE, e sim um registro da divulgação cultural realizada por meio da internet. Sabe-se também que há o risco de ser considerado como promovido pelo Itamaraty, um evento listado em seus *websites*, porém organizado pela comunidade – as embaixadas anunciavam atividades externas, mas raramente indicavam quem as produziu. Além disso, é possível que existam eventos realizados por esses postos diplomáticos que não tenham sido divulgados nos meios eletrônicos deles. Excetuadas essas ocorrências, dados importantes foram desvelados por essa pesquisa e permitiram, dentro da restrição da proposta, elaborar reflexões sobre o assunto.

Além das embaixadas, foram pesquisados outros organismos relacionados a elas: os Centros Culturais Brasileiros (CCBs). Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os centros culturais são importantes pois,

São instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à coedição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão Cultural Brasileira, como palestras, seminários e outros. No momento, existem 21 (vinte e uma) unidades, assim distribuídas: 12 (doze) no continente americano, 3 (três) no continente europeu e 6 (seis) no continente africano. (disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-o-brasil>>, acesso em 3/4/2013).

Informações sobre esses centros culturais não são facilmente acessíveis. A página eletrônica da qual foi extraído o texto acima não está mais disponível por acesso direto do site do MRE sendo encontrada por meio de pesquisas com palavras-chave realizadas no *Google*.

Apesar de a referida página mencionar vinte e um CCBs, descobriu-se um número maior dessas instituições por meio da listagem presente no *website* do CCB de Barcelona. As entidades monitoradas encontram-se nas seguintes cidades: Assunção, Barcelona, Bissau, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Cidade do México, Georgetown, Helsinque, La Paz, Lima, Luanda, Manágua, Maputo, Montevideu, Panamá, Paramaribo, Quito, Porto Príncipe, Praia, Pretória, Roma, Santiago, São Domingos, São José, São Salvador, São Tomé. Alguns desses centros culturais foram desvinculados da subordinação direta ao MRE e se tornaram institutos. Dois desses institutos, em Berlim e Washington D.C, foram fechados em 2005 e 2008 respectivamente. A administração do Instituto de Milão, quando em vias de desativação, foi assumida por brasileiros desvinculados do governo, mas ainda apresentou parte de seu custeio pago pelo Estado brasileiro. É importante dizer que o propósito principal da existência dos CCBs é o ensino e difusão da língua portuguesa e que dentro da estrutura administrativa do Itamaraty, eles estão sob os cuidados da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP).

Por meio da lei de acesso à informação, solicitou-se ao MRE a listagem de todos os eventos financiados total ou parcialmente com recursos de sua Divisão de Operações e

Difusão Cultural (DODC), o que constituiu o terceiro campo de ação. Esta divisão responsabiliza-se pela difusão e promoção da cultura brasileira, exceto do audiovisual. Buscou-se, com isso, traçar um perfil real, mesmo que parcial, das atividades custeadas pela divisão e então compará-lo com os resultados obtidos no mapeamento das atividades de promoção eletrônica dos postos diplomáticos e Centros Culturais Brasileiros.

Os resultados obtidos referiam-se apenas às ações na América Latina, apesar de a requisição solicitar dados globais do ano de 2012. De acordo com os dados não se sabe se o investimento de fundos do ministério fez-se apenas nos países vizinhos, ou se existem outras despesas não citadas nesta listagem. Segundo o documento encaminhado, as cidades nas quais a DODC financiou atividades são: Assunção, Buenos Aires, Bogotá, Caracas, La Paz, Lima, Montevidéu, Paramaribo, Quito, Santiago, Caiena, Cochabamba, Córdoba, Mendoza, Riviera e Santa Cruz.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a verificação detalhada, constatou-se que não existe uniformidade em relação ao modo como as embaixadas abordam o assunto “cultura” em seus *websites*. Da inexistência de páginas sobre o assunto até calendários de eventos divulgando atividades ocorridas em 2011 ou 2010 e as apresentações sobre a copa do mundo de 2014 ou as olimpíadas de 2016, percebeu-se que não há unidade no tratamento do tema por parte das representações brasileiras no exterior.

Os dados, apresentados em forma de gráfico, e as análises a seguir, referem-se aos eventos culturais divulgados pelas embaixadas e CCBs.

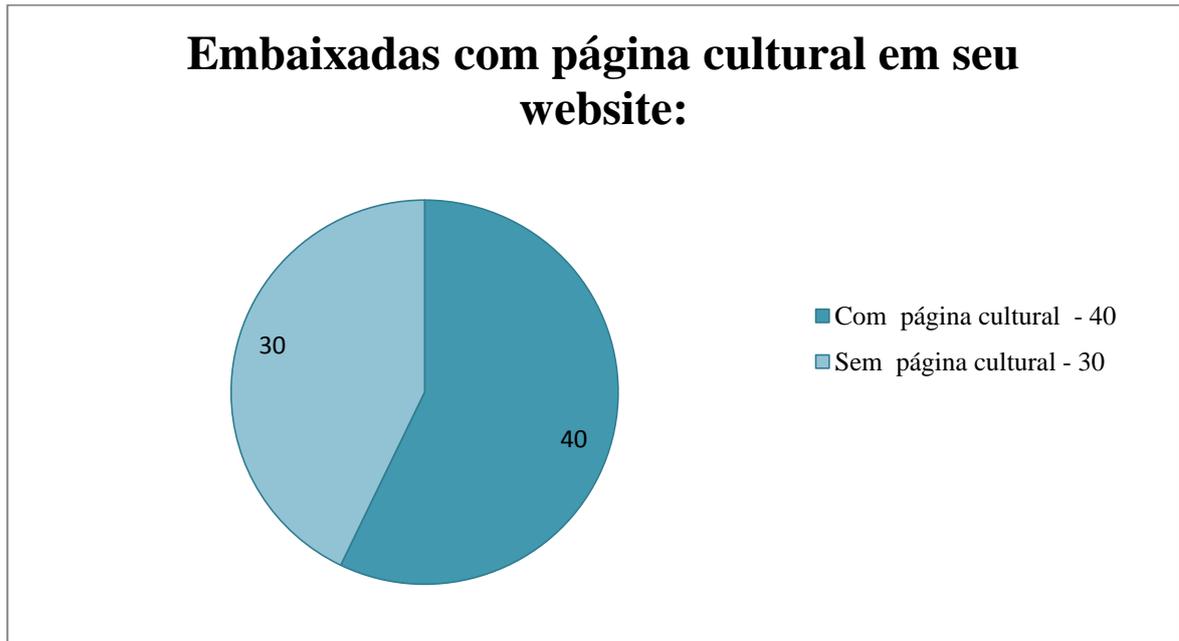


Gráfico 1: Embaixadas com página cultural em seu *website*.

Verificou-se que dos setenta postos diplomáticos investigados, quarenta possuem páginas sobre cultura em seus *websites*. Portanto, entre as representações nacionais pesquisadas, trinta, ou seja, 42,9% dos locais monitorados, não tratam de assuntos culturais por meio da internet. Nesse percentual estão as seguintes cidades: Washington D.C., Havana, Lima, Quito, Assunção, Montevidéu, Santiago, Moscou, São Petersburgo, Istambul, Nova Délhi, Mumbai, Pequim, Shangai, Hong Kong, Seul, Jacarta, Camberra, Abuja, Luanda, Acra, Abidjan, Adis Abeba, Bamako, Brazzaville, Cairo, Cartum, Cotonou, Dacar e Gaborone. Destacou-se a inexistência de divulgação cultural eletrônica em nenhum dos países dos BRICs. Nessas nações analisou-se ao menos duas cidades, com o intuito de verificação de alguma política específica de difusão cultural voltada ao conjunto dos países considerados – a negativa foi veemente. No grupo analisado, as embaixadas na África estavam em maior número. Em função da aproximação continuada do Brasil junto ao continente africano durante o governo Lula, esperava-se que existissem ações mais concretas de difusão cultural nessa localidade. Sobre a América do Norte, sobressaiu o fato de que Washington, D.C., embaixada com tradição na divulgação da cultura brasileira, tenha retirado de seu *website*, durante o período de levantamento desta pesquisa, a página que tratava dessa área. Desde 2002 o olhar do estado brasileiro voltou-se a um conceito de cultura mais abrangente e inclusivo, e a política externa deteve-se em países do eixo sul, da África e América Latina, mas isso não

significava que as políticas ou ações de difusão nos países do eixo norte devessem ser abandonadas.

Dos postos diplomáticos que não mencionaram a cultura em seus sítios eletrônicos, doze encontram-se na África, dez na Ásia e seis na América do Sul. A situação das ações de difusão cultural nas nações vizinhas é menos preocupante, por existirem Centros Culturais Brasileiros em diversos países da América Central e do Sul.



Gráfico 2: Embaixadas pesquisadas que não possuem página cultural em seu website, indicadas por continente.

Analisando os quarenta postos diplomáticos que apresentam páginas culturais em seus *websites*, verificou-se que dez deles não divulgam qualquer atividade; três deles apresentam eventos de 2011, ou anteriores; doze postos diplomáticos apresentam a programação de 2012 e somente quinze possuem agenda cultural atualizada. Os resultados obtidos indicam que a quantidade de ações é pequena. Tendo em vista que a verificação das informações foi efetuada em um curto intervalo de tempo, não se pode afirmar que a atualização dos calendários de atividades seja contínua. Um exemplo dessa ocorrência foi constatado na

Cidade do México, em que, no primeiro levantamento de fevereiro, os eventos divulgados estendiam-se de janeiro a março e na segunda verificação, realizada no final de abril, a programação manteve-se inalterada, apresentando as mesmas informações do mês anterior.

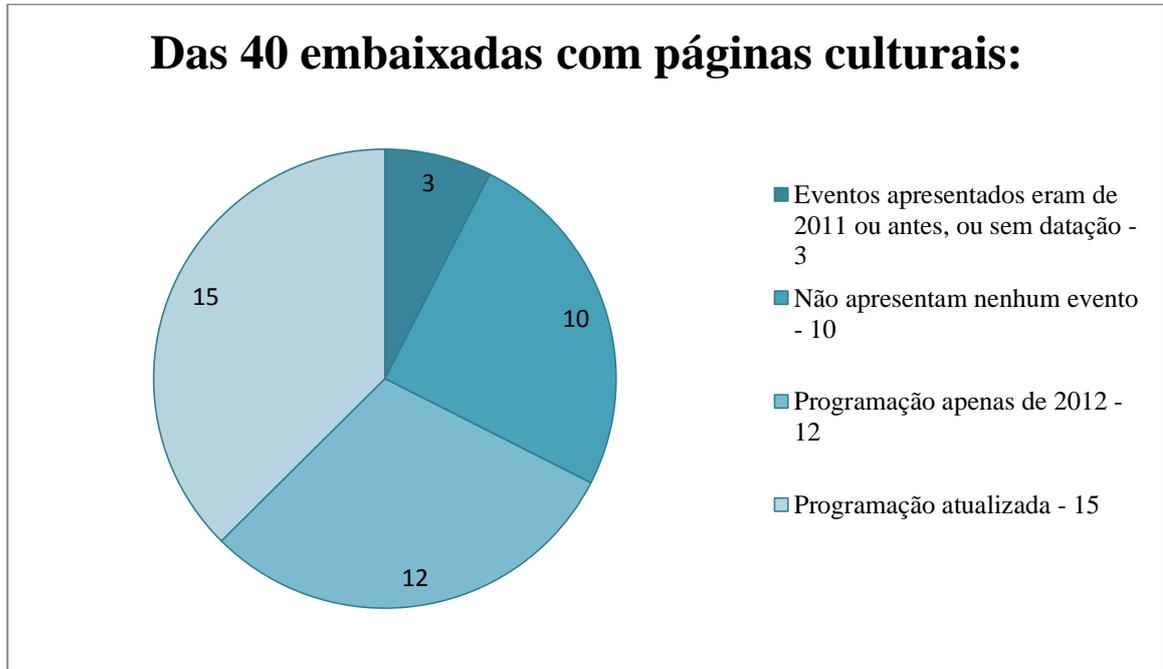


Gráfico 3: Datação dos eventos nas embaixadas com páginas culturais.

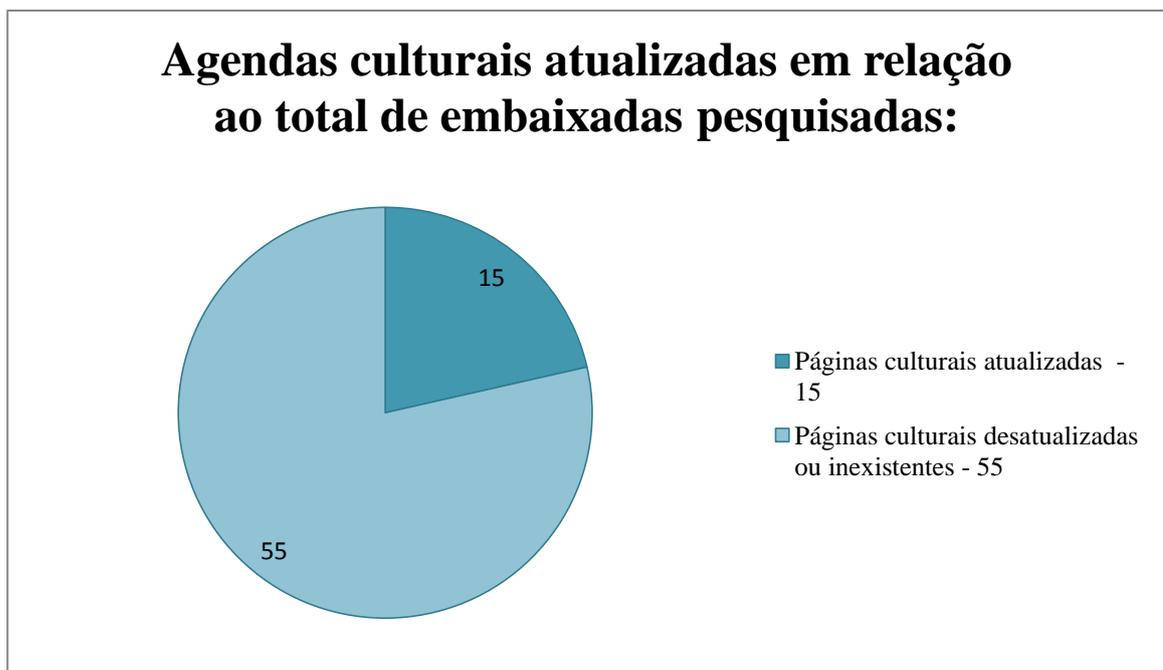


Gráfico 4: Agendas culturais atualizadas em relação ao total de embaixadas pesquisadas.

A divulgação eletrônica das atividades dos Centros Culturais Brasileiros é mais precária do que a realizada pelas embaixadas. Dos vinte e sete centros pesquisados, dezenove não possuem *website*. Dos oito com endereço eletrônico; dois deles têm a agenda desatualizada; outros dois não possuem agenda cultural; em dois dos *websites* as páginas estão indisponíveis e apenas dois centros mantêm atualizada a relação das atividades oferecidas à comunidade (Cabo Verde e El Salvador). É raríssimo encontrar nas páginas dos postos diplomáticos referências a esses centros e os *links* para as suas páginas. Trata-se de um problema extremamente sério, tendo em vista que essas instituições culturais são “diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior”, como indicado pelo Ministério das Relações Exteriores (disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-o-brasil>>, acesso em 3/4/2013).

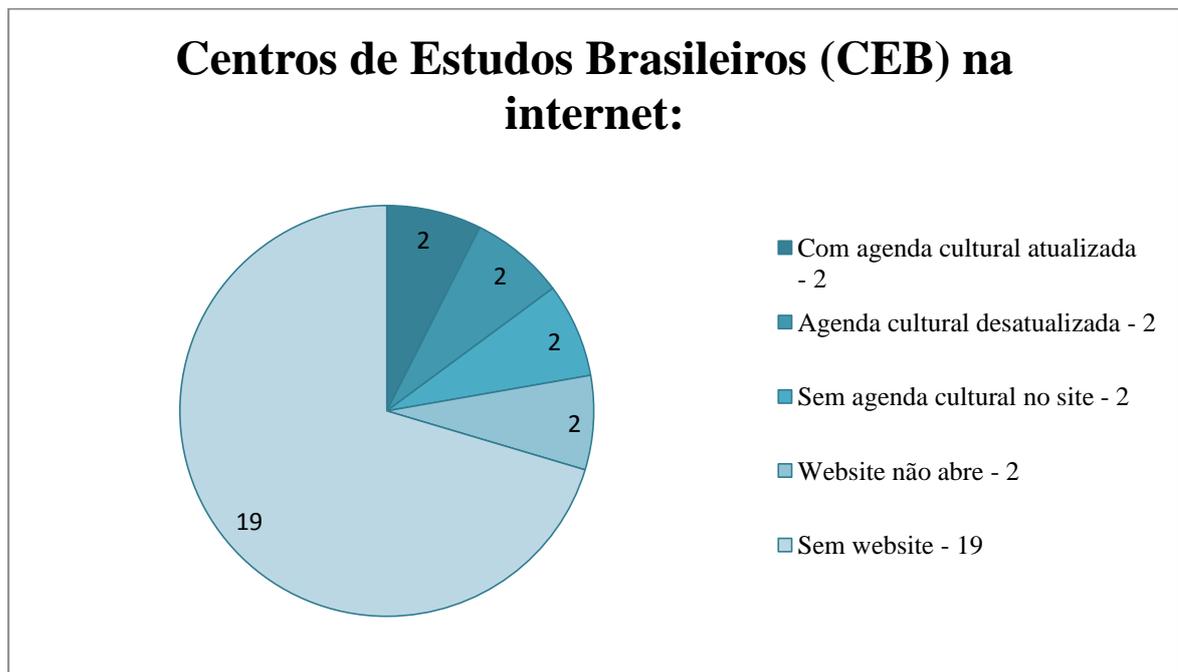


Gráfico 5: Centro de Estudos Brasileiros (CEB) na internet.

Esses números alarmantes mostraram a falta de uniformidade no gerenciamento de um aspecto elementar desses centros: a divulgação de suas atividades. É problemático pensar em entidades responsáveis pela comunicação, difusão da cultura, voltadas à criação e atendimento

de público frequentador, sem um plano definido. Nesse sentido, sabe-se que a internet possui a melhor relação de custo-benefício, uma vez que o investimento é baixo em relação ao retorno e o alcance de comunicação.

Na somatória dos eventos divulgados eletronicamente por postos diplomáticos e CCBs, predominam as atividades musicais e cinematográficas: as artes visuais aparecem em terceiro lugar. Nessa soma preliminar, porém, foram computadas todas as exposições divulgadas, sendo que algumas delas não se encaixam, necessariamente, nessa área – como a ocorrida no Japão, exibindo uma réplica da catedral de Brasília feita com os blocos da marca Lego. Os eventos da área de artes visuais serão analisados a seguir.

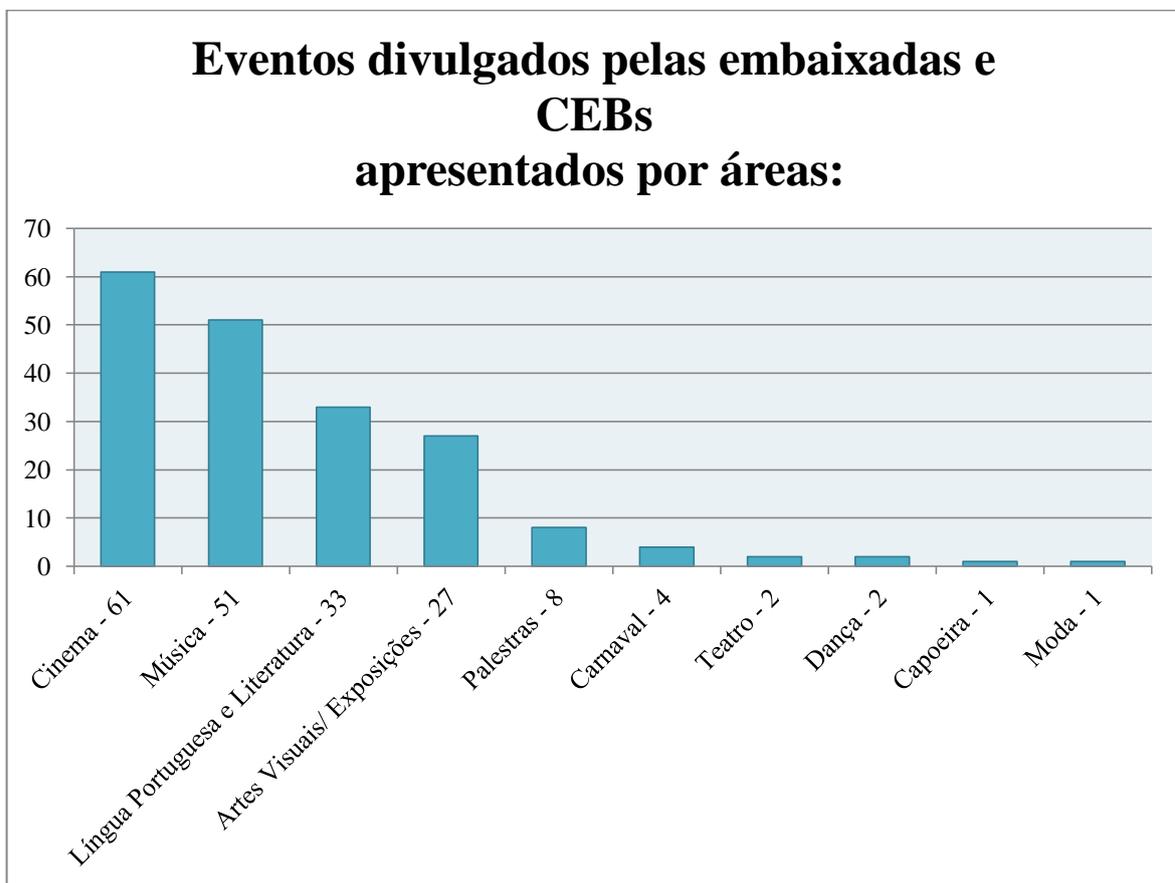


Gráfico 6: Eventos divulgados pelas embaixadas e CEBs apresentados por áreas.

A respeito dos tipos de atividades custeadas pela DODC, a música aparece em primeiro lugar e apresenta ampla vantagem em relação ao segundo colocado, a literatura. Nessa primeira listagem, as artes visuais ficam em quarto lugar, com dez exposições apresentadas ao

público. Apesar disso, existem outros eventos, organizados separadamente no primeiro gráfico, que podem ser incluídos na área de artes visuais: os concursos e prêmios voltados à pintura e gravura, o grafite, as feiras de arte contemporânea, os programas de residência artística, as histórias em quadrinhos e os encontros fotográficos. Agrupando-as, essas atividades passam a ocupar o segundo lugar na listagem, totalizando dezenove produções.

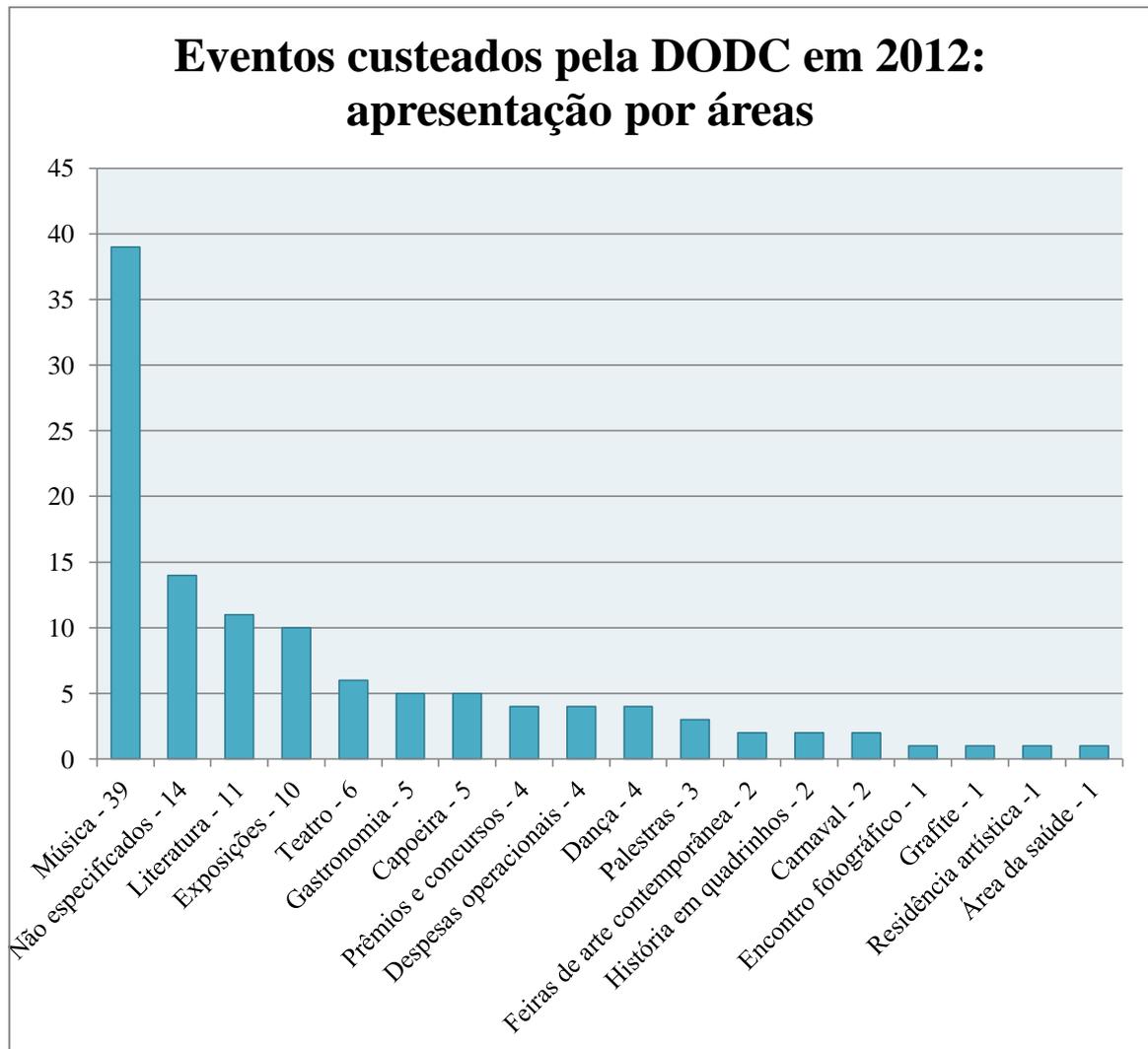


Gráfico 7: Eventos custeados pela DODC em 2012: apresentação por áreas.

No próximo passo dessa investigação, serão analisados os eventos de artes visuais, entre aqueles que foram mapeados. Foi utilizada a listagem mencionada anteriormente, incluindo também as atividades divulgadas pelos postos diplomáticos e CCBs. As cidades consideradas foram: Santiago, Riviera, Bogotá, Buenos Aires, La Paz, Lima, Quito,

AdisAbeba, Praia, São Salvador, Cidade do México, Madrid, Haia, Berlim, Viena, Londres, Oslo e Tóquio.



Gráfico 8: Eventos de artes visuais listados por tipo.

Os dados indicaram o número reduzido de atividades relacionado às artes visuais (com exceção das exposições), no período de tempo investigado. Mostras visuais são importantes, mas podem ser melhor exploradas pelos promotores e melhor compreendidas pelo público quando estruturadas em conjunto com outros eventos de apoio (cursos, palestras, *workshops*, oficinas e encontros) – ainda mais em culturas estrangeiras. O total de eventos que não sejam exposições, no período investigado, foi de apenas seis produções, o que parece indicar a ausência de visão estratégica para com a difusão das artes visuais no exterior a longo prazo. As atividades realizadas foram: um panorama de história da arte brasileira no século XIX e XX, na cidade do México; um *workshop* de artes plásticas sem maiores identificações em Praia, Cabo Verde; uma oficina de gravura em São Salvador; a palestra *A expedição brasileira de 1817 retratada na arte de Thomas Ender*, em Washington; um colóquio para a mostra *Pop, Realismo e Política*, em Buenos Aires e um encontro fotográfico em Caiena. Apresentando baixo custo em relação às exposições, eventos com esse perfil podem e devem ser realizados isoladamente, planejados como ferramentas no estabelecimento de base,

possibilitando um conhecimento mais amplo da cultura visual brasileira por outros povos.

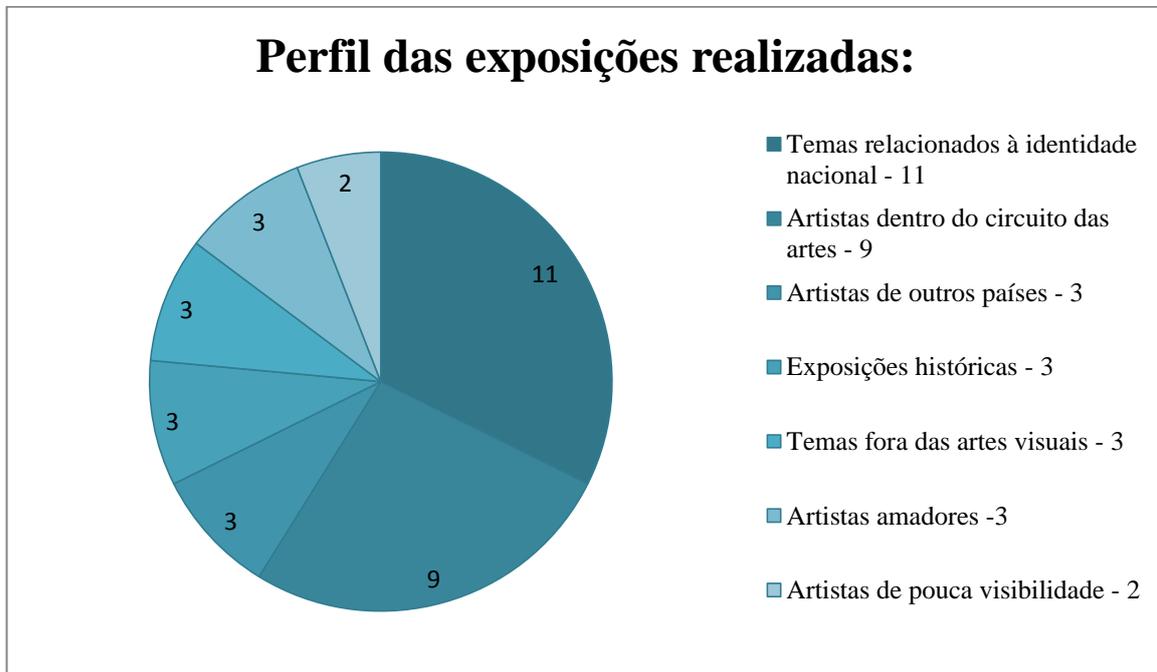


Gráfico 9: Perfil das exposições realizadas.

Tendo em vista que as exposições foram os eventos mais realizados dentro da área pesquisada, decidiu-se averiguar quais temas ou artistas foram abordados nessas mostras. Percebeu-se que praticamente um terço de todas elas ocuparam-se de assuntos relacionados à identidade nacional, reforçando estereótipos da imagem do país no exterior. Organizadas nas cidades de Buenos Aires, Madrid, Oslo, Tóquio, Adis Abeba, Santiago e Bogotá, essas exposições apresentaram temas como: a cidade de Brasília, a capoeira, o futebol, a Amazônia, a Mata Atlântica, os diários visuais de estrangeiros em viagem pelo país e peças gráficas inspiradas nas músicas brasileiras. Em segundo lugar encontraram-se mostras de artistas e ilustradores inseridos no circuito comercial das artes; nesse grupo estavam as participações de brasileiros em bienais e mostras coletivas dotadas de visibilidade. Em terceiro lugar situaram-se artistas de outros países (todos latino-americanos e custeados pela DODC em nações vizinhas) junto com as exposições históricas. Foram categorizadas as exposições a respeito de algum período da história da arte ou artista consagrado já falecido. Houve em Viena a mostra *Além do Brasil*, sobre etnografia brasileira do século XIX, *Pop, Realismo e Política* em Buenos Aires e *Geraldo de Barros: What Remains* em Londres. Também em terceiro lugar, apareceram exposições de artistas amadores junto as mostras de assuntos não relacionados às

artes visuais, como *World Heritage Exhibit built with Lego part 2: Catedral de Brasília*. No final da listagem estavam os artistas com trabalhos pouco conhecidos, ainda não inseridos no sistema das artes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir da organização dos dados apresentados, percebeu-se que não existe coesão no tratamento dado pelos postos diplomáticos às suas páginas culturais e à divulgação eletrônica das atividades promovidas por eles. Os resultados obtidos demonstraram que não há uma linha de trabalho comum às instituições pesquisadas, no que diz respeito ao planejamento de atividades e à difusão da cultura brasileira no exterior. No que se refere às artes visuais, percebeu-se que uma parte considerável dos eventos realizados na área promoveram uma imagem limitada do Brasil no exterior, reforçando visões estereotipadas de identidade cultural por meio da apresentação de assuntos clichês – futebol, índios, mata, capoeira.

Analisando-se o quadro investigado, pode-se sugerir alguns encaminhamentos aos problemas identificados. É certo que a implantação de mudanças de planejamento depende de recursos humanos e financeiros. Apesar disso, poderiam ser adotadas algumas medidas elementares e de baixo custo na homogeneização de condutas. Por exemplo, a determinação de certos tópicos básicos a serem apresentados nas páginas eletrônicas de todos os postos diplomáticos, deixando espaço para necessidades específicas e peculiaridades culturais de cada localidade. Dentro disso, é importante integrar os CCBs nos *websites* das embaixadas e criar diretrizes unificadas para a divulgação de suas atividades. Gradativamente, unificações na área de promoção eletrônica do MRE têm sido implementadas, como o *layout* geral das páginas das embaixadas – recurso fundamental para aplicação na área da cultura.

Em relação aos tipos de eventos realizados, percebeu-se a necessidade da criação de um plano de ação com metas a curto, médio e longo prazo. Este planejamento deve levar em consideração os interesses políticos das relações exteriores brasileiras e também as singularidades de cada linguagem artística. Conectando essas informações, é possível estruturar atividades eficazes, voltadas a abrir novas frentes de relacionamento internacional por meio de recursos potentes de comunicação.

É importante reforçar as reflexões apresentadas na primeira parte do estudo, na página onze, enfatizando que as características inerentes à estrutura de comunicação das artes visuais permitem possibilidades únicas de diálogo e a transcendência de barreiras. Um exemplo dessas possibilidades pode ser visualizado a partir da exposição do escultor inglês Henry Moore, realizada pelo Conselho Britânico em Caracas, em 1983, logo após a guerra das Ilhas Malvinas. A situação política entre os dois países estava bastante tensa, e as obras do artista fomentaram uma reabilitação mais rápida das comunicações entre ambos os lados, permitindo resultados políticos acelerados, manifestados antes dos resultados culturais.

Para a área de artes visuais, especificamente, seria importante a criação de um plano de difusão que considerasse não somente a organização das exposições, mas a produção de outros tipos de atividades, como cursos, palestras, *workshops*, simpósios, oficinas e encontros. Esses tipos de eventos podem ser apresentados em conjunto com as mostras visuais, mas podem acontecer também separadamente. Eles são uma forma menos dispendiosa de divulgação da cultura visual brasileira e, por isso, podem ser organizados sistematicamente, em maior número e dentro de um plano de difusão com metas a médio e longo prazo. Assim, pode-se promover as muitas facetas da cultura brasileira para o público estrangeiro, remediando, pelo menos em parte, a questão da ampla promoção de temas estereotipados da cultura nacional.

Se as linguagens artísticas não forem utilizadas como recursos estratégicos na criação e reforço do relacionamento com outras nações, podem ser perdidas oportunidades valiosas do emprego de elementos únicos na elaboração e fortalecimento de laços singulares e mais consistentes. Afinal, o poderio econômico e militar de um país intimida, mas a cultura seduz.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Aracy. **Textos do trópico de capricórnio, v.1.** São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Textos do trópico de capricórnio, v.2.** São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Textos do trópico de capricórnio, v.3.** São Paulo: Editora 34, 2006.

BAYER, Raymond. **História da estética.** Trad. José Saramago. Lisboa: Estampa, 1979.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira.** São Paulo: Editora Ática, 1991

_____. **Reflexões sobre arte.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional”. *In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional no23.* Rio de Janeiro: 1994.

_____. **Gramsci e as culturas populares na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

DURAND, José Carlos. **Arte, privilégio e distinção.** São Paulo: Perspectiva, 1989.

EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. “O mercado das artes visuais: características e tendências”. *In: CALABRE, Lia (org). Políticas culturais: pesquisa e formação.* São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Globalização e identidade cultural na América Latina.** São Paulo: CEBELA, 1995.

FIALHO, Ana Letícia. “As exposições internacionais de arte brasileira: discursos, práticas e interesses em jogo”. *In Sociedade e Estado, v20 n3, p. 689-713.* Brasília: UNB, 2005.

MINISTÉRIO da Cultura. **Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: Ministério da Cultura, 2011

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **As políticas culturais e o governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010 (2ª edição).

WELFFORT, Francisco. **Um olhas sobre a cultura brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura, 1998

WEBGRAFIA

AMARAL, Aracy. **Arte brasileira: real e ficção**. Disponível em: <www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2564,1.shl>, acesso em 10/4/2013.

ANO Brasil Portugal. *Histórico do Evento*. Disponível em: <www.anobrasilportugal.pt/brasil-portugal/historico.asp>, acesso em 17/4/2013.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>, acesso em 21/4/2013.

CHAUI, Marilena. **Cultura política e política cultural**. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100006&script=sci_arttext>, acesso em 19/4/2013.

EUROPALIA. *Home*. Disponível em <www.europalia.be/spip.php?rubrique1&lang=en>, acesso em 19/4/2013.

FIALHO, Ana Letícia. *Mercado das artes: global e desigual*. **Revista Trópico**. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2551,1.shl>>, acesso em 12/2/2013.

LIMA, Luiz Costa. **Naufrágio das Identidades**, disponível em: <www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2564,1.shl>, acesso em 9/4/2013.

MINISTÉRIO da Cultura. *Notícias DRI – Circuito Internacional*. Disponível em: <www.cultura.gov.br/noticias-dri/-/asset_publisher/8kGWWm2T3kSq/content/circuito-internacional-236287/10931;jsessionid=01B2AC0DF5B0F5EB5594AC865A864B3E.portal2?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fnoticias-dri%3Bjsessionid%3D01B2AC0DF5B0F5EB5594AC865A864B3E.portal2%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_8kGWWm2T3kSq%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1>, acesso em 17/4/2013.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores (MRE). *Centros culturais brasileiros*. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-o-brasil>>, acesso em 3/4/2013.

_____. *Conheça o ministério*. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/temas/acesso-a-informacao/institucional/conheca-o-ministerio>, acesso em 2/4/2013.

_____. *Cultura*. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/temas/difusao-cultural/cultura>, acesso em 2/4/2013.

_____. *Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC)*. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-operacoes-de-difusao-cultural-dodc>>, acesso em 17/4/2013.

_____. *Sala de Imprensa – Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Lançamento do Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual*. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/423240198852-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/print-nota>, acesso em 20/4/2013.

NERI, Felipe. *Saiba como variou o orçamento dos ministérios entre 2012 e 2013*. **G1**. Rio de Janeiro: 07 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/saiba-como-variou-o-orcamento-dos-ministerios-entre-2012-e-2013.html>>, acesso em 20/4/2013.

PALÁCIO do Planalto. *Imprensa*. Disponível em: <www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/programa-de-intercambio-e-difusao-cultural-divulga-selecionados-para-viagens-em-fevereiro-e-marco>, acesso em 17/4/2013.

UNESCO. **Os Direitos Culturais**. Disponível em:

<www.unifr.ch/iiedh/assets/files/declarations/port-declaration.pdf>, acesso em 18/4/2013.